

ZOOLOGICOS PAULISTAS E SUA RELAÇÃO COM CENTROS DE TRIAGEM DE ANIMAIS SILVESTRES- CETAS

¹ Savana Diegues; ¹ Clarissa H. C. Morita; ² Maria Inez Pagani.

¹ Universidade Federal de São Carlos – UFSCar (savana3010@yahoo.com.br)

² Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP

Introdução

Muitos animais que se encontram cativos em zoológicos vieram de Centros de Triagem de Animais Silvestres - CETAS e vários os alojam em suas dependências físicas.

Pela Instrução Normativa IBAMA nº 169, de 20 de fevereiro de 2008, Jardim Zoológico é definido como um “empreendimento autorizado pelo IBAMA, de pessoa física ou jurídica, constituído de coleção de animais silvestres mantidos vivos em cativeiro ou em semi-liberdade e expostos à visitação pública, para atender a finalidades científicas, conservacionistas, educativas e sócio-culturais” (BRASIL, 2008a).

A mesma IN define como CETAS “todo empreendimento autorizado pelo IBAMA, somente de pessoa jurídica, com finalidade de receber, identificar, marcar, triar, avaliar, recuperar, reabilitar e destinar animais silvestres provenientes da ação da fiscalização, resgates ou entrega voluntária de particulares” (BRASIL, 2008a).

O trabalho de receptionar e triar animais implica em registrar a entrada de cada indivíduo, identificar a fase de desenvolvimento (filhote, jovem ou adulto), a espécie e o sexo (quando possível), buscar o máximo de informações quanto ao local em que foi capturado e o tempo de cativeiro e alojar os animais em local adequado para receberem os cuidados necessários. Os problemas veterinários mais usuais em centros de triagem estão relacionados com atropelamentos, eletrocussões, maus tratos e desnutrição (HOHLENWERTER; NUNES, 2006). Também há muitos indivíduos vindos de apreensões do tráfico de animais silvestres.

As diretrizes e procedimentos para a destinação dos animais da fauna silvestre nativa e exótica elas se encontram na Instrução Normativa IBAMA nº 179/2008, a qual determina que os espécimes da fauna silvestre deverão ser destinados para: (1) retorno imediato à natureza, (2) cativeiro, (3) programas de soltura (reintrodução, revigoramento ou experimentação) e (4) instituições de pesquisa ou didáticas (BRASIL, 2008b).

Animais ameaçados de extinção são tratados de maneira especial, caso a caso, seguindo recomendações de comitês internacionais, quando existentes (BRASIL, 2003).

Rentas (2001) destaca a existência de quatro tipos principais de tráfico de animais silvestres no Brasil: (1) o tráfico de animais para colecionadores particulares e zoológicos, – que prioriza principalmente espécies mais raras; – (2) o tráfico para fins científicos (os animais fornecem substâncias químicas para pesquisa e produção de medicamentos); (3) aquele onde os indivíduos são utilizados como animais domésticos; ou (4) para fabricar adornos e artesanatos.

Godoy (2006) ressalta que pouca porcentagem dos animais apreendidos é aceita pelos CETAS e justifica esse fato como consequência dos problemas que estes enfrentam para o seu funcionamento, como falta de verbas e de funcionários, superlotação e grande número de animais permanecendo por longos períodos no CETAS devido à falta de opções para a destinação dos mesmos.

São poucos os estudos que abordam os animais silvestres que já foram retirados de seu habitat natural e que permanecem em cativeiro ou são soltos novamente, como o de Morita (2009). Estas informações são necessárias ao embasamento científico para a adoção de políticas públicas para o combate ao tráfico de animais silvestres; para a elaboração de programas que contemplem a triagem e destinação adequada desses animais quando apreendidos ou entregues e para a elaboração de programas educativos que abordem os pontos mais críticos.

Objetivos

Investigar a relação dos zoológicos paulistas e os CETAS no que se refere a parcerias e recebimento de animais.

Metodologia

Revisão bibliográfica e dados obtidos por questionários semi-estruturados aplicados aos zoológicos do estado de São Paulo por Diegues (2008) e dados dos CETAS Depave 3 e Fundação Animália, obtidos de Morita (2009).

Resultados

Dos 35 zoológicos em funcionamento no ano de 2008 no estado de São Paulo, 65% deles responderam aos questionários propostos pela autora.

Em relação à participação em projetos de soltura, 68% dos zoológicos responderam negativamente e 35% possuem algum tipo de convênio ou parceria com a Polícia Ambiental e/ou IBAMA.

A maioria dos zoológicos (77%) não possui parceria com Centros de Triagem de Animais Silvestres – CETAS.

Entre os objetivos dos zoológicos citados nos questionários, a Educação Ambiental esteve presente em 86% das respostas recebidas, seguido por Lazer (59%), Conservação (45%) e Pesquisa (45%). Em menores porcentagens citou-se Reprodução em cativeiro (23%), Manutenção de animais (9%), Planos de manejo de espécies, Recepção, Exposição e Reintrodução de animais, com 5% de citação cada.

Quanto à destinação dos animais recebidos, houve significativa diferença entre os dois CETAS analisados, o CETAS DEPAVE – 3 e o da Fundação Animália. Os dados do DEPAVE indicam que 42% (5.117) dos animais recebidos vieram a óbito e 46% (5.603) foram soltos ou reintroduzidos. Já na Fundação Animália 39% (1.421 animais) vieram a óbito e apenas 18% (678) foram soltos ou reintroduzidos. Houve uma baixa destinação para zoológicos, nos dois CETAS (4% do total recebido em cada uma das instituições).

Os jovens e sub-adultos perfazem aproximadamente 70% (127) dos animais destinados à instituições autorizadas pelo IBAMA (zoológico, criadouro comercial ou criadouro científico), ou seja, não haviam atingido idade reprodutiva no momento em que foram retirados do seu habitat.

Conclusões

Estas respostas indicam uma falta de parcerias que ajudariam na conservação das espécies, pois os animais apreendidos do tráfico ilegal, por exemplo, teriam mais condições de destinação adequada e sobrevivência se o tempo em cativeiro e de burocracias fosse otimizado.

Tendo em vista que a fase reprodutiva é fundamental para a continuidade das espécies, a retirada de muitos filhotes da natureza torna-se um dado relevante por evidenciar que um número significativo de espécimes não contribuiu para a inserção de novos indivíduos nas populações nativas. Também é importante lembrar que estes animais tornam-se mais adaptados ao contato humano e obtém menor sucesso em projetos de soltura, por exemplo.

Ações que visem a construção de um banco de dados abrangente e sistemático sobre os animais retirados da natureza e apreendidos são de extrema urgência para a conservação de espécies. Essas informações são necessárias para serem confrontadas com os dados dos CETAS e, assim, auxiliar na elaboração de políticas públicas de meio ambiente realistas e efetivas, bem como dimensionar melhor o problema e buscar alternativas para sua mitigação. A rede de CETAS precisa ser aumentada e integrar-se com órgãos de fiscalização e de conservação da biodiversidade, bem como com criadouros, santuários e zoológicos. Só esforços conjuntos ajudarão a busca de alternativas efetivas.

Referências

BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Fragmentação de Ecossistemas. Causas, efeitos sobre a Biodiversidade e recomendações de Políticas Públicas. Brasília: Ed. MMA. 2003.

BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. Instrução Normativa nº 169, de 20 de fevereiro de 2008. Brasília, DF, 2008a. Disponível em: <http://ibama2.ibama.gov.br/cnia2/renima/cnia/lema/lema_texto/IBAMA/IN0169-200208.PDF>.

Acesso em: jul 2010.

BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. Instrução Normativa nº179, de 25 de junho de 2008. Brasília, DF, 2008b. Disponível em:

< <http://www.abdir.com.br/portais/direitoambiental/legislacao/ver.asp?id=91>>. Acesso em: jul 2010.

DIEGUES, S. O papel dos zoológicos paulistas na conservação da diversidade biológica. Trabalho de Conclusão de Curso – Graduação em Ecologia. UNESP, Rio Claro/SP, 2008.

GODOY, S. N. Patologia comparada de passeriformes oriundos do tráfico: implicações na soltura. Tese - Doutorado em Ecologia de Agroecossistemas. Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiróz, Universidade de São Paulo, Piracicaba/SP, 2006.

HOHLENWERGER, J. C.; NUNES, O. C. Casos clínicos do CETAS Chico Mendes, Salvador, Bahia, Brasil (2003-2006). *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL SOBRE MANEJO DE FAUNA SILVESTRE NA AMAZÔNIA E AMÉRICA LATINA, n.8, 2006, Ilhéus. **Anais...** Ilhéus: Universidade Estadual Santa Cruz - UESC, 2006.

MORITA, C. H. C. Caracterização da fauna recebida e avaliação de procedimentos em Centros de Triagem de Animais Silvestres – CETAS. Trabalho de Conclusão de Curso – graduação em Ecologia. UNESP, Rio Claro/SP, 2009.

RENTAS (Rede Nacional de Combate ao Tráfico de Animais Silvestres). 1º Relatório Nacional sobre o Tráfico da Fauna Silvestre. Brasília, DF: RENTAS, 2001. Disponível em: <http://www.rentas.org.br/files/REL_RENTAS_pt_final.pdf>. Acesso em: jul 2010.